



ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Rua General Hermes, 80, - Bairro Centro, Maceió/AL, CEP 57020-904
Telefone: (82) 3315.9000 - <http://www.sefaz.al.gov.br/>

Ofício nº E:820/2021/SEFAZ

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Marcelo Victor Correia dos Santos

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual

Maceió

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 096/2021.**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, em atenção ao ofício acima referenciado, vimos por intermédio do presente encaminhar resposta à Indicação nº 782/2020, de autoria da Deputada Cibele Moura, conforme Despacho SEFAZ ASSGAB (6768064), cópia anexa.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Dias de Alencar Neto, Secretário(a) Especial** em 07/05/2021, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.al.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7057385** e o código CRC **F6ED5358**.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Assessoria do Gabinete do Secretário

Rua General Hermes, 80, - Bairro Centro, Maceió/AL, CEP 57020-904
Telefone: (82) 3315.9000 - <http://www.sefaz.al.gov.br/>

DESPACHO

PROCESSO	E:01101.0000000773/2021
INTERESSADO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
ASSUNTO	Demanda Externa: Legislativo

Trata-se de processo administrativo suscitado pela Assembleia Legislativa Estadual através do Ofício nº 096/2021 (doc. 6676417), o qual encaminha a Indicação nº 782/2020 de autoria da Deputada Cibele Moura.

A Indicação mencionada solicita do Governador do Estado, desta Secretaria de Estado da Fazenda e do Procurador Geral do Estado o empreendimento de esforços, no sentido de estabelecer critérios específicos para redução da litigiosidade na relação Fisco- contribuinte, mediante Decreto que regulamentará o Programa Contribuinte Arretado.

A sugestão fundamenta-se na carência de aperfeiçoamento na legislação vigente ao Programa, visto que nela existem vários termos juridicamente vagos, abrindo espaço para muitas interpretações sobre o funcionamento do Programa e falta de critérios para evidenciar quais são os serviços passíveis de desburocratização e quais são as contrapartidas aderidas pelo Fisco.

Os autos foram encaminhados ao Gabinete Civil, que os destinou a esta SEFAZ, objetivando a ciência do Secretário e providências pertinentes (doc. 6684953).

É o relatório.

Na oportunidade, esta pasta fazendária agradece a sugestão apresentada, ao tempo em que informamos que eventualmente realizaremos estudo com escopo de verificar a viabilidade da solicitação aqui apresentada, na medida admitida pelo ordenamento jurídico vigente e no melhor interesse para administração pública e seus administrados.

Isto posto, **encaminhem-se os autos a Secretaria Administrativa** para que oficie o interessado, em seguida, os autos devem ser enviados a **Chefia Executiva Administrativa** para fins de arquivamento, restando resolvido o objeto do presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Dias de Alencar Neto, Secretário(a) Especial** em 07/05/2021, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.al.gov.br/sei/controlador_externo.php?